

Inquérito Civil n. 06.2020.00003758-3

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá, com atribuição na área da Defesa do Consumidor, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e o estabelecimento **FRIGORÍFICO CAVERÁ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 01.711.242/0001-56, sediado na Estrada Geral, s/n., Caverazinho, Araranguá/SC, neste ato representado pelo Sr. **Airton Luiz Turatti**, natural de Araranguá/SC, nascido em 7.10.1946, filho de Zilda Porto Turatti e Orlando Turatti, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00003758-3, ajustam o seguinte:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis [artigo 129 da Constituição Federal], assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos [artigo 127, inciso III, da CF, e artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90] e individuais homogêneos [artigo 127, inciso IX, da CF, e artigos 81, inciso III, e 82, do CDC];

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde dos consumidores, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

**CONSIDERANDO** que a Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de

2021, do Ministério da Saúde, alterou o Anexo XX da Consolidação GM/MS n. 5/2017, e estabeleceu os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

**CONSIDERANDO** que cabe ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento exercer o **controle** da qualidade da água [artigo 14], conforme Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021;

**CONSIDERANDO** que não é somente por intermédio das análises de amostras de água realizadas pelos responsáveis pelo sistema ou solução alternativa de abastecimento de água [artigo 14, inciso V, Portaria GM/MS n. 888/2021] que se opera o controle da qualidade da água, embora essa seja a **principal** providência;

**CONSIDERANDO** que os responsáveis pelo sistema ou solução alternativa de abastecimento de água também têm a incumbência de encaminhar os dados de cadastro das formas de abastecimento e os relatórios de controle da qualidade da água à Vigilância Sanitária [artigo 14, inciso XI, Portaria GM/MS n. 888/2021];

**CONSIDERANDO** que as análises da água devem obedecer aos Padrões de Potabilidade [Capítulo V] expressos nos Anexos da Portaria GM/MS n. 888/2021 para os diversos parâmetros: Microbiológico [artigo 27, Anexo I], Turbidez [artigo 28, Anexo II], Cloro Residual Livre/Combinado ou Dióxido de Cloro [artigo 32], Padrão de substâncias Químicas que representam risco à saúde e Cianotoxinas [artigo 36, Anexos IX e X], Padrão Radiológico [artigo 37] e Padrão Organoléptico [artigo 38, Anexo XI];

**CONSIDERANDO** que, para cumprimento do Padrão Organoléptico de Potabilidade, os elementos alumínio e manganês devem apresentar concentrações de 0,2 mg/l e 0,1 mg/l, respectivamente [artigo 38, Anexo XI, Portaria GM/MS n. 888/2021];

**CONSIDERANDO** que a par dos aspectos **qualitativos** acima indicados, há diretrizes referentes à **quantidade e à frequência** da realização das análises, expressas no Plano de Amostragem a ser observado pelos responsáveis pelo sistema ou solução alternativa de abastecimento de água [artigos 42, 44 e Anexos XI a XV, Portaria GM/MS n. 888/2021];

**CONSIDERANDO** as irregularidades apontadas nos autos do IC n. 06.2020.00003758-3 indicando que a empresa **Frigorífico Caverá Ltda.** utilizava em seu processo produtivo água de abastecimento de captação subterrânea ["ponteira"] imprópria ao consumo humano, tendo apresentado, em análises laboratoriais, teor de metais pesados [alumínio e manganês] até 4 vezes superior ao limite preconizado na legislação, conforme fiscalização realizada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

## **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 1ª:** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a exercer o controle da qualidade da água [artigo 14, inciso I, Portaria GM/MS n. 888/2021], bem como:

### **1. AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO:**

**1.1.** Requerer perante a autoridade municipal de saúde pública, **no prazo de 120 [cento e vinte] dias corridos após a assinatura do presente termo**, autorização para o início da operação e fornecimento de água para consumo humano, mediante a apresentação dos seguintes documentos: I - anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela

operação do sistema ou solução alternativa coletiva; II - comprovação de regularidade no órgão ambiental e de recursos hídricos [**outorga de uso**]; III - laudo de análise dos parâmetros de qualidade da água previstos no Anexo da Portaria GM/MS n. 888/2021; e IV - plano de amostragem.

## **2. ESTRUTURA GERAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO:**

**2.1.** Operar e manter as instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT] e demais normas pertinentes [artigo 14, inciso II].

**2.2.** Utilizar laboratórios que possuam sistema de gestão de qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025 [artigo 21].

**2.3.** Manter avaliação sistemática do sistema de abastecimento, sob a perspectiva dos riscos à saúde [artigo 14, inciso X].

**2.4.** Exigir dos fornecedores, laudo de atendimento dos requisitos de saúde [LARS] e da comprovação de baixo risco à saúde [CBRS], para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, considerando a norma técnica da ABNT NBR 15.784 [artigo 14, inciso VIII].

**2.5.** Contar com responsável técnico habilitado pela solução alternativa coletiva de abastecimento de água [artigo 23].

**2.6.** Garantir que toda a água para consumo humano, fornecida coletivamente, passe por processo de desinfecção

ou adição de desinfetante [artigo 24].

### **3. MONITORAMENTO DA ÁGUA BRUTA:**

**3.1.** Analisar, **semestralmente**, uma amostra da água bruta no ponto de captação com vistas a uma gestão preventiva de risco [artigo 42].

### **4. PLANO DE AMOSTRAGEM:**

**4.1.** Encaminhar à autoridade de saúde pública, **anualmente**, o plano de amostragem da Solução Alternativa de Consumo, elaborado conforme artigo 44 da Portaria Ministerial, para avaliação da vigilância [artigo 14, inciso IV].

**4.2.** Realizar as análises laboratoriais da água em consonância com o estabelecido no Plano de Amostragem aprovado pela autoridade de saúde pública [artigo 14, inciso V].

**4.3.** Comunicar à autoridade de saúde pública alterações na qualidade da água que revelem risco à saúde [artigo 14, inciso XIV].

### **5. PADRÃO DE POTABILIDADE:**

**5.1.** Fornecer água em conformidade com o padrão microbiológico [artigo 27, Anexos I a VIII].

**5.2.** Fornecer água em conformidade com o padrão de substâncias químicas que representam risco à saúde [artigo 36, Anexos IX e X].

**5.3.** Fornecer água em conformidade com o padrão

organoléptico de potabilidade [artigo 38, Anexo XI].

**5.4.** Manter, no mínimo, 0,2 mg/L de *cloro residual livre* ou 2 mg/L de *cloro residual combinado* ou de 0,2 mg/L de *dióxido de cloro* em toda a extensão do sistema de distribuição [reservatório e rede] e nos pontos de consumo [artigo 32].

## **6. CONTATO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS:**

**6.1.** Encaminhar à autoridade de saúde pública do município os dados de cadastro da forma de abastecimento e os relatórios de controle da qualidade da água, conforme o modelo estabelecido pela referida autoridade [artigo 14, inciso XI].

## **DA MULTA COMINATÓRIA**

**Cláusula 2ª.** Pelo descumprimento, no futuro, de quaisquer das obrigações ora assumidas o **COMPROMISSÁRIO** pagará ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina [FRBL], CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante boleto bancário, o valor de R\$ 500,00 [quinhentos reais], reajustado pelo INPC.

A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

**Parágrafo único:** Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores.

## **COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula 3ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** obriga-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

### **DO FORO**

**Cláusula 4ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Araranguá/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 [duas] vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Araranguá, 03 de maio de 2022.

[Assinatura digital]  
**LEONARDO CAZONATTI MARCINKO**  
Promotor de Justiça

**AIRTON LUIZ TURATTI**  
Representante Legal do  
Compromissário